

TCC/UNICAMP  
L628v  
IE/2618



1290002618



IE

TCC/UNICAMP L628v



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA

# VULNERABILIDADE E INSERÇÃO EXTERNA: QUESTÕES TECNOLÓGICAS, PRODUTIVAS E COMERCIAIS DO PERÍODO PÓS-REAL

- Monografia –

**ORIENTADOR: CLAUDIO SALVADORI DEDECCA**

**NOME: FABIO MENANI PEREIRA LIMA**

**RA: 016006**

*Fabio Menani Pereira Lima*  
Campinas, dezembro de 2005.

**CEDOC/IE**

## ÍNDICE GERAL

<b><u>Capítulo 1</u></b> – Introdução .....	pág. 05
<b><u>Capítulo 2</u></b> – Intensidade tecnológica da pauta de exportação, baixo dinamismo e inserção passiva.....	pág. 11
<b><u>Capítulo 3</u></b> - Condicionantes internos e externos do saldo comercial (1994-2004) .....	pág. 18
3.1- O fator: preço das commodities.....	pág. 23
3.1.1- Condições macroeconômicas globais .....	pág. 25
3.2 – O “efeito-china’ .....	pág. 26
<b><u>Conclusão</u></b> .....	pág. 29

## Índice de tabelas

<b>Tabela 1</b> - Índices da taxa de câmbio 1990-2000 .....	pág. 05
<b>Tabela 2</b> - Coeficiente de Comércio das 500 maiores empresas privadas (%) .....	pág. 07
<b>Tabela 3</b> - Coeficientes de penetração e abertura pó intensidade de fator (%), anos selecionados .....	pág. 12
<b>Tabela 4</b> - Taxa de comércio e saldo (em % da produção do setor) por intensidade de fator, ano selecionados .....	pág. 12
<b>Tabela 5</b> - Destino dos fluxos de comércio externo (%).....	pág. 15
<b>Tabela 6</b> - 15 países que mais contribuíram para o crescimento das importações mundiais:1990-2000 .....	pág. 17
<b>Tabela 7</b> - Estrutura das exportações mundiais por grau de intensidade dos fatores .....	pág. 24
<b>Tabela 8</b> - Taxas médias de crescimento do PIB: 1980-2004, anos selecionados (em %).....	pág. 26

## Índice de gráficos

<b>Gráfico 1</b> -Participação % do Brasil nas Exportações e Importações Mundiais, 1994 a 2004 .....	pág. 08
<b>Gráfico 2</b> – Variação (%) Anual das Exportações e Participação (%) das Exportações no PIB, 1990 a 2004 .....	pág. 10
<b>Gráfico 3</b> - Brasil: pauta de exportação segundo intensidade tecnológica, em %, anos selecionados .....	pág. 13
<b>Gráfico 4</b> - Contribuição ao saldo por conteúdo tecnológico, 2000 a 2004.....	pág. 14
<b>Gráfico 5</b> – Balança Comercial – (FOB) – Saldo Anual – US\$(milhões), 1990 – 2004.....	pág. 18
<b>Gráfico 6</b> – Reservas Internacionais (conceito de liquidez internacional) – Trimestral – US\$(milhões), 1990-2004.....	pág. 19
<b>Gráfico 7</b> - EUA, Japão e Eurolândia – Taxa anual de variação do PIB real, 1986-2003 .....	pág. 21
<b>Gráfico 8</b> -Desempenho das exportações: contribuição das variações de preços e quantum (2004/2005) .....	pág. 23
<b>Gráfico 9</b> – importações chinesas de commodities selecionadas.....	pág. 27

## Capítulo 1 - Introdução

O período compreendido entre os anos de 1994 e 2004 é marcado, por um lado, pela taxa de inflação controlada e, por outro, pela elevação do grau de exposição da economia brasileira frente aos fluxos de financiamento externo. A relação entre estes dois fatos é diretamente responsável pela elevação do grau de vulnerabilidade da economia brasileira. As aberturas comercial, financeira e produtiva da economia brasileira possibilitaram a implementação de um plano de estabilização ancorado na taxa de câmbio valorizada. Como podemos observar na tabela 1, durante grande parte da década de 1990 prevaleceu uma valorização sistemática das taxas de câmbio real e efetiva. Em relação ao dólar, houve uma rápida apreciação em 1994, que se manteve até a desvalorização e posterior flutuação em 1999.

Tabela 1 - Índices das taxas de câmbio, 1990-2000

	1992=100	
	Real/Dólar	Efetiva
1990	79,6	78,4
1991	91,9	89,0
1992	100,0	100,0
1993	98,3	94,7
1994	85,0	83,0
1995	67,7	69,9
1996	66,0	65,3
1997	68,4	62,9
1998	72,0	65,0
1999	109,8	98,2
2000	107,7	89,6

Fonte: Bacen

Os efeitos negativos na economia, da estrutura montada para estabilizar o nível de preços interno, é bem lembrado por Belluzzo e Carneiro:

“A abertura da conta de capital e o uso abusivo da ancora cambial, desestimulou os projetos voltados para a exportação, promoveu um “encolhimento” das cadeias produtivas – afetadas por importações “predatórias” – e aumentou a participação da propriedade estrangeira no estoque de capital doméstico em setores não afetados pelo comércio internacional (*non tradeables*)...” (Belluzzo & Carneiro, 2003)

Muitos economistas defensores do Plano Real defenderam, sobretudo, que o programa de estabilização alicerçado sobre um câmbio valorizado, diminuiria a vulnerabilidade externa do país. Entre eles se destacam Mendonça de Barros e Lídia Goldenstein, que reconheceram os sacrifícios da reestruturação:

“(...) o país vem passando por um profundo processo de reestruturação industrial. (...) é um processo doloroso por implicar uma certa concentração e desnacionalização, mas que, entretanto, é um processo positivo. Positivo porque está permitindo não só a consolidação da estabilização, mas também a construção das bases para a retomada de um crescimento sustentado “ (Mendonça de Barros e Goldenstein, 1997)

Porém, como será demonstrado neste trabalho, isto de fato não ocorreu. A elevação dos fluxos de comércio exterior trouxe avanços tecnológicos e elevação da competitividade dos produtos nacionais, mas isto só pôde ser verificado após a implementação de um câmbio flexível desvalorizado, favorável ao setor exportador brasileiro. Houve, na verdade, um *upgrade* tecnológico no parque industrial brasileiro, porém ele não é verificado substancialmente no que se refere as exportações nacionais. Este *upgrade* tecnológico foi advindo de uma nova rodada de modernização, tanto no que se refere a bens de capital, como a diversificação da pauta de consumo nacional. Houve uma modernização apoiada em um ambiente propício a difusão do progresso técnico gerado no centro e não em uma melhora qualitativa da internalização do processo de inovação tecnológica.

As empresas transnacionais se beneficiaram com o processo de abertura da economia brasileira. Dois fatores contribuíram para isso: melhores fontes de financiamento externo e um menor volume de investimento necessário, pois dispunham de tecnologia já amortizada, o que as possibilitou operarem, em um primeiro momento, a um elevado nível de capacidade ociosa.

A questão do crédito é importante, principalmente em um ambiente favorável as empresas internacionais. Neste caso, podemos perceber, que uma maior concentração industrial ocorreu na economia brasileira, às custas de uma queda do nível de emprego e um medíocre crescimento do PIB nacional. Esta reestruturação produtiva interna liberal, com maior concentração e com mais fontes diretas de financiamento externo, fez com que

ocorresse a desnacionalização com concentração, a reestruturação produtiva primária em contraste com um residual incremento tecnológico do parque produtivo nacional. O Brasil continuou a se especializar na exportação de "... produtos intensivos em escala, como por exemplo, produtos primários agrícolas e minerais, da indústria alimentar e de outras indústrias intensivas em recursos agrícolas". (Laplane, M. et alli, 2000)

A maioria dos investimentos diretos externos, advindos com o processo de abertura econômica, concentrou-se na aquisição de empresas já existentes – contribuindo para isso significativamente o processo de privatização – por isso a capacidade produtiva da economia quase não se alterou. Outro argumento utilizado para defender a elevação da vulnerabilidade externa brasileira, após a implementação do Plano Real, se dá através da análise dos coeficientes de importação e exportação das empresas nacionais e estrangeiras. Em pesquisa realizada pelo NEIT/Unicamp, com uma amostra de 500 maiores empresas privadas brasileiras nos anos 1989, 1992 e 1997, observa-se que houve no ano de 1997, por exemplo, um maior coeficiente de importação nas empresas estrangeiras, em detrimento de um semelhante coeficiente de exportação entre as estrangeiras e as nacionais.

**Tabela 2 - Coeficiente de Comércio das 500 maiores empresas privadas (%)**

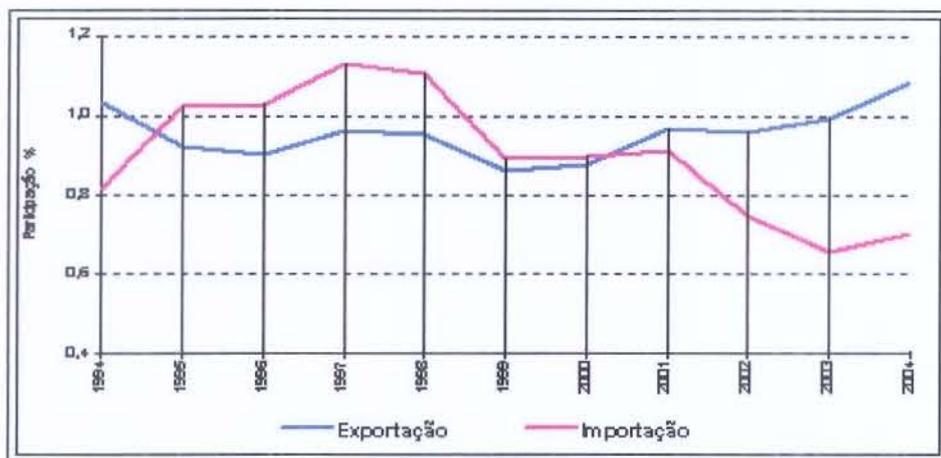
Setor	1989		1992		1997	
	Nacional	Estrangeira	Nacional	Estrangeira	Nacional	Estrangeira
<b>Coeficiente de exportação</b>						
Indústria geral	9,9	9,6	16,7	13,9	14	10,8
Extrativa Mineral	58,7	81,3	65,2	99,7	66	65,7
Indústria de transformação	8,6	9,4	15,4	13,6	11	10,4
Total	6,6	8,8	10,7	11,9	8	9,2
<b>Coeficiente de importação</b>						
Indústria geral	3,7	4,7	5,2	7,2	7,8	11,2
Extrativa Mineral	2,1	0,6	2,9	3,8	3,6	5,6
Indústria de transformação	3,7	4,7	5,2	7,2	8	11,2
Total	2,5	3,9	3,7	5,8	5,3	9

Fonte: Elaboração NEIT/IE-UNICAMP a partir de dados da Secex e Exame Maiores e Melhores

As empresas nacionais deram uma maior contribuição para a geração de divisas, o que teoricamente ajudaria a diminuir a vulnerabilidade externa. Portanto, o processo de abertura da economia brasileira se deu de forma desordenada e concentrada em setores de reduzido desempenho exportador.

Os defensores do processo de abertura econômica, realizado pelo Brasil, argumentam que esse seria um primeiro estágio de teste de mercado e de importações de equipamentos, só posteriormente é que se daria um revés exportador.

Gráfico 1 -Participação % do Brasil nas Exportações e Importações Mundiais,1994 a 2004



Fonte: Secex

Uma análise superficial do gráfico acima (Gráfico 1) nos diria que de fato, fora isto que ocorrera, primeiramente haveria um momento de importação maciça de equipamentos e outros produtos diversos, apoiado pelo câmbio valorizado e em um segundo momento se daria o revés exportador. Porém é necessário avaliar se este revés exportador se deu de fato como consequência da reestruturação produtiva, ou se, a mola propulsora das exportações continuou sendo os produtos primários.

De fato, poderemos observar no decorrer deste trabalho que "... a abertura comercial promovida em contexto de sobrevalorização cambial e desprovida de políticas industriais e tecnológicas não foi capaz de alterar de forma significativa o padrão de especialização das exportações brasileiras. Mas alterou a estrutura produtiva brasileira, que se tornou mais concentrada em setores de menor intensidade tecnológica e mais dependente de insumos importados". (Coutinho, L. et alli, 2003)

O Plano Real levou, portanto, o país a uma composição perigosa de seu balanço de pagamentos. A necessidade de financiar a valorização da moeda se deu principalmente sobre a forma de entrada de capital de curto prazo (*hot money*), que tem como característica principal a sua fraca ligação produtiva com o espaço econômico nacional, sendo fortemente

marcado por motivo de especulação. A elevação da taxa de juros se tornou necessária como instrumento de captação dos recursos já mencionados, pois quanto maior for esta maior é a rentabilidade do capital investido no país. Até nos dias atuais, a elevação da taxa de juros é utilizada para combater a inflação. Porém, hoje muito mais com o intuito de conter a demanda do que atrair capital especulativo. Em face ao Plano Real ocorreu que a essa taxa foi conferida o uso de financiar uma taxa de câmbio ilusória e através disto abrir a economia brasileira, aumentando ainda mais a concorrência entre os produtos nacionais e estrangeiros, fazendo pressão sobre os preços da economia doméstica.

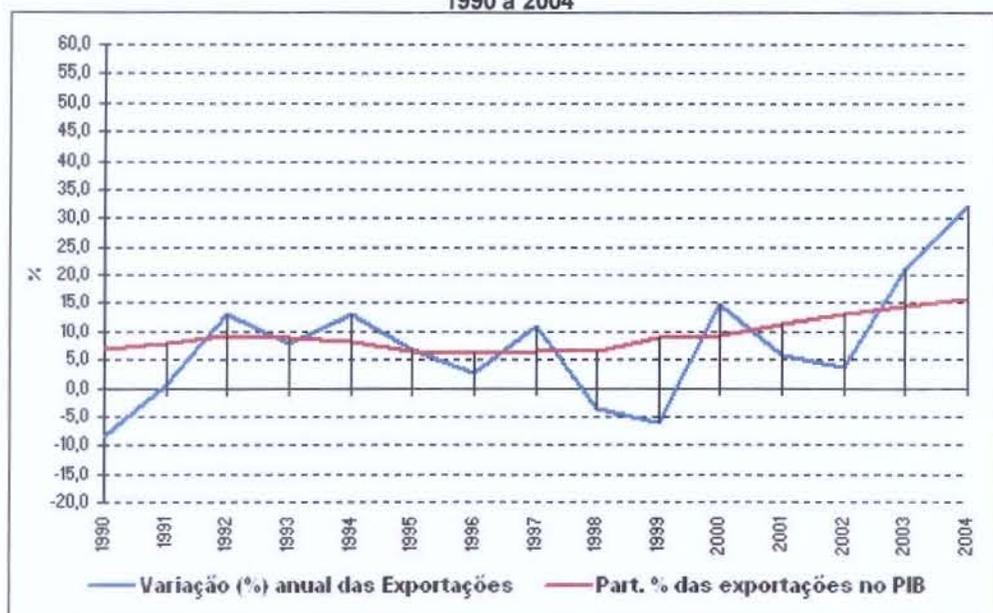
Com a desvalorização do Real em dezembro de 1998, houve significativas mudanças no balanço de pagamentos. A balança comercial brasileira que apresentava sucessivos déficits responsáveis, em última instância, pelo controle do nível de preços, passou a se recompor durante o período de câmbio flexível. A balança de serviços apresenta déficits constantes em todo o período estudado, explicados em grande medida pelas volumosas despesas com o serviço da dívida, dada a elevada taxa de juros vigente até hoje. O superávit em transações correntes passou a ser, a partir de 2003 uma realidade na economia brasileira, isto por causa, fundamentalmente, dos impressionantes superávits comerciais. A conta de capital e financeira se manteve superavitária até 2003. Somente em 2004 seu resultado foi negativo.

A análise do Balanço de Pagamentos durante a transição do câmbio fixo valorizado para o câmbio flexível é importante para compreendermos, em parte, o problema da vulnerabilidade externa brasileira. Outros elementos adicionais serão tratados neste trabalho. Estes ajudarão a explicitar os caminhos de política econômica perseguido pelos dois governos – FHC e Lula. As determinações internas e externas serão tratadas sob o ponto de vista da melhora comparativa do ambiente econômico internacional e sob as perspectivas adotadas pelas equipes econômicas dos respectivos governos. Será, portanto, dada uma grande importância para as políticas macroeconômicas adotadas pelos dois governos.

A melhoria das condições internacionais permitiu juntamente com a flexibilidade cambial uma elevação da geração de divisas através dos crescentes superávits em transações correntes realizados com a ajuda principalmente da benéfica, mas momentânea, situação positiva dos preços das *commodities* no mercado internacional. Não nos interessa

agora explorar os motivos pelos quais o preço das *commodities* estão em níveis positivos para a balança de pagamentos nacional. Isto será tratado em um capítulo destinado a discutir os condicionantes internos e externos da melhora em transações correntes brasileira, ocorrida, principalmente, no governo Lula, mas iniciada em certa forma após a maxidesvalorização cambial de dezembro de 1998.

**Gráfico 2 - Variação (%) Anual das Exportações e Participação (%) das Exportações no PIB 1990 a 2004**



Como pode ser visto no gráfico acima, a importância da participação das exportações brasileiras no PIB passou a ser crescente a partir da desvalorização de dezembro de 1998. Nos anos da presente década a variação anual das exportações se elevou abruptamente, acompanhada da elevação da participação destas no PIB. Por isto é importante analisarmos além dos fatores responsáveis pela elevação do saldo comercial, os avanços e os retrocessos da inserção externa brasileira.

## **Capítulo 2 – Intensidade tecnológica da pauta de exportação, baixo dinamismo e inserção passiva**

Este capítulo visa analisar a intensidade tecnológica da pauta de exportação brasileira a partir da forma passiva que se deu sua inserção externa nas correntes de comércio internacional. Contudo, cabe analisar o baixo dinamismo das nossas exportações a partir de dois ângulos: o primeiro, referente a característica regressiva da composição de nossa pauta de exportação e o segundo, que se relaciona ao destino das exportações.

A abertura comercial dos anos 1990 produziu uma especialização produtiva presente em uma elevação do coeficiente de importação maior do que uma elevação do coeficiente de exportação. “Ocorreu com a especialização perda de densidade produtiva nos setores responsáveis pela reprodução do capital, passando o crescimento da economia brasileira a depender mais fortemente das importações, ou seja, da qualidade de sua inserção externa.” (Carneiro, 2002)

O que se observou de fato, é que a abertura comercial brasileira na década de 1990, mais abriu o mercado interno nacional aos produtos importados, do que efetivamente contribuiu para o avanço das exportações nacionais. O crescimento das exportações situou-se na média mundial (6,2%), enquanto as importações cresceram o dobro da taxa mundial (13,4% contra 6,5%).

Observa-se na tabela 3, abaixo, uma perda de densidade das cadeias produtivas nos setores intensivos em tecnologia e capital, ao contrário dos setores intensivos no uso da mão-de-obra e recursos naturais que tiveram uma perda menor.

Tabela 3 - Coeficientes de penetração e abertura por intensidade de fator (%)

Setores Intensivos em:	1990	1994	1998
	Coeficiente de Penetração (M/P) %		
Tecnologia	9,8	16,8	44,1
Capital	9,9	13,5	24,2
Mão-de-obra	2,0	5,6	11,7
Recursos Naturais	3,4	6,0	8,1
	Coeficiente de Abertura (X/P) %		
Tecnologia	10,0	13,6	23,2
Capital	7,9	9,6	11,4
Mão-de-obra	6,4	9,7	13,3
Recursos Naturais	12,7	16,0	10,0

Fonte: IBGE, apud Carneiro (2002)

As transformações da estrutura produtiva rebatem na forma que se dá a inserção externa brasileira nos anos 90. Isto pode ser observado através de uma análise das taxa de comércio e dos saldos por intensidade de fator para os anos de 1990, 1994 e 1998, como é feito na tabela 4 abaixo. Nela, se observa um crescimento do déficit nos setores intensivos em tecnologia e em capital. Nos demais setores, a deterioração não chega a apresentar resultados negativos. Chama a atenção, a concentração do superávit nos segmentos intensivos em recursos naturais e o equilíbrio naqueles com maior intensidade de trabalho. Isto nos mostra que a reestruturação produtiva da indústria brasileira ocorrida na década de 1990 resultou na composição de um setor dinâmico deficitário (capital e tecnologia) em contraste com um setor tradicional superavitário (recursos naturais e trabalho)

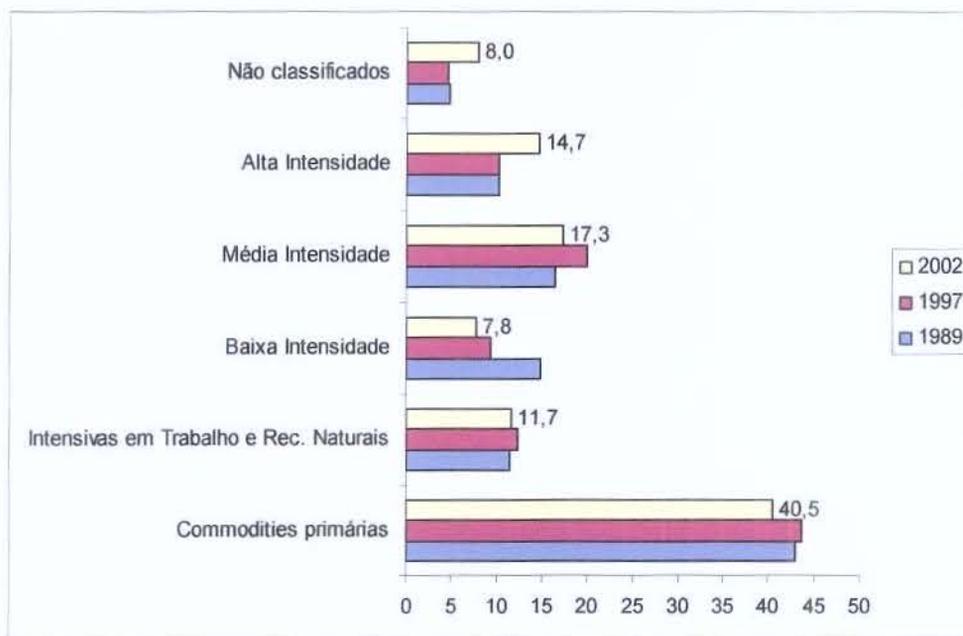
Tabela 4 - Taxa de comércio e saldo (em % da produção do setor) por intensidade de fator

Setores Intensivos em:	1990	1994	1998
	Taxa de Comércio (X/M)		
Tecnologia	1,0	0,8	0,5
Capital	0,8	0,7	0,5
Mão-de-obra	3,2	1,7	1,1
Recursos Naturais	3,7	2,7	2,3
	Saldo Comercial (X-M)/P %		
Tecnologia	0,2	-3,2	-20,9
Capital	-2,0	-3,9	-12,8
Mão-de-obra	4,4	4,1	1,6
Recursos Naturais	9,3	10,0	10,7

Fonte: BGE, apud Carneiro (2002)

Ao longo da década de 1990, se verificou a manutenção da importância das *commodities*<sup>1</sup> primárias na pauta de exportação brasileira, sempre superior a 40% do total. Isto é explicitado no gráfico abaixo (Gráfico 2). Ele mostra o grau de intensidade tecnológica da pauta de exportação do Brasil.

**Gráfico 3 - Brasil: pauta de exportação segundo intensidade tecnológica, em %**



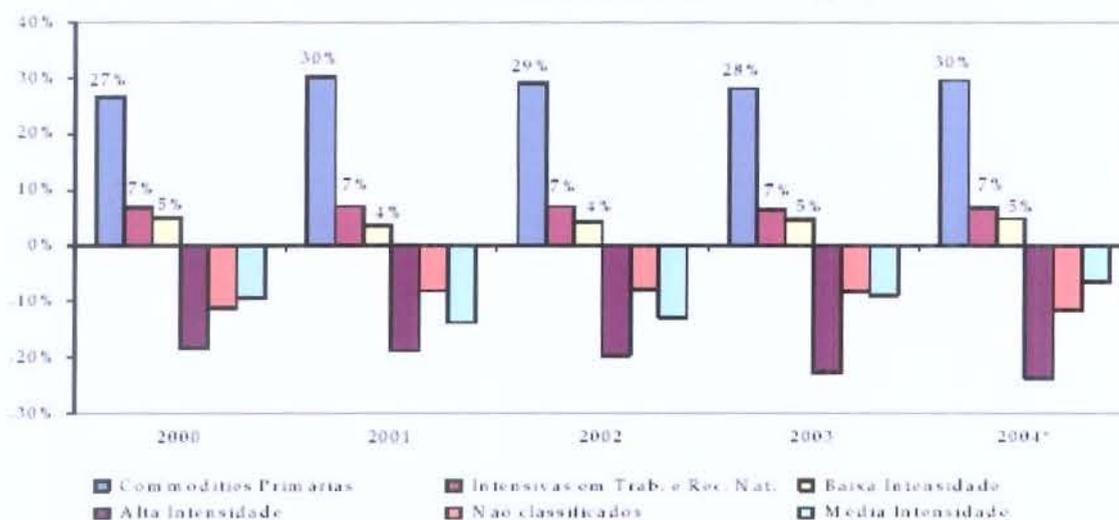
Fonte: elaborado por NEIT-IE-UNICAMP a partir de dados brutos SECEX e metodologia UNCTAD 2002

Com efeito, os saldos comerciais gerados a partir de 2002 não são resultados de uma mudança da inserção externa brasileira. Na década de 1990, a mudança observada na estrutura produtiva nacional não se refletiu de forma significativa no padrão exportador brasileiro.

---

<sup>1</sup>Commodities. Do inglês, significa, literalmente, mercadoria. É o termo utilizado para as mercadorias em estado bruto ou para produtos primários com importância como cobre, algodão, grão em geral, entre outros. O preço dessas mercadorias é determinado nos grandes mercados mundiais, como Chicago e Londres, por meio de negociações entre compradores e vendedores, sejam eles do mesmo país ou não.

Gráfico 4 - Contribuição ao saldo por conteúdo tecnológico, 2000-2004



Fonte: Secex

Realmente, a análise do perfil tecnológico do comércio exterior brasileiro, para os anos da presente década (gráfico acima), mostra que a contribuição ao saldo comercial continuou concentrada em *commodities* primárias, setores intensivos em trabalho e recursos naturais e de baixa intensidade tecnológica.

Em estudo realizado pelo IEDI (2005) se verifica, para o ano de 2004, que o país é ainda grande exportador de produtos de baixa e média-baixa intensidade tecnológica (esses produtos representam 78% das nossas exportações), e grande importador de produtos de alto e média-alto conteúdo tecnológico (45% das importações). A classificação de baixa e média e média-baixa intensidade tecnológica usada pelo IEDI é da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>2</sup>. Nessa categoria incluem-se *commodities*, alimentos, têxtil e vestuário, entre outros. Além do baixo conteúdo tecnológico, o aumento das exportações brasileiras veio de produtos que perderam importância no comércio mundial nos últimos anos.

<sup>2</sup> A OCDE adota a distinção (de acordo com os gastos em P&D em proporção à produção e ao valor adicionado de cada grupo setorial) de produtos de baixa, média-baixa, média-alta e alta intensidade tecnológica.

Segundo o IEDI, 77,7% do acréscimo nas vendas externas resultaram de itens que perderam mercado, entre 1996 e 2001, caso dos produtos agrícolas, cujos preços oscilam muito. O estudo mostra também que a indústria intensiva em P&D contribui pouco (7,9% do total) para o aumento das exportações entre os anos de 2003 e 2004, ao contrário dos setores de baixa e média-baixa intensidade tecnológica (contribuição de 77,9%).

Outro estudo pertinente ao caso foi realizado por Ribeiro Ferraz (2004). Este estudo mostra que no biênio 2001-2002, 39% das exportações brasileiras se referiam a produtos em decadência no comércio internacional (variações negativas) e 18,9% a produtos em regressão (variações abaixo do crescimento médio desse comércio). Ambos os estudos mostram uma estrutura preocupante da nossa pauta exportadora. O perfil tecnológico da pauta exportadora brasileira constitui uma das principais causas do seu baixo dinamismo.

No que se refere aos mercados de destino das exportações brasileiras, é possível perceber que as transformações ocorridas durante a década de 1990 não são positivas. Ocorreu, durante os anos 1990, uma diminuição do peso dos países desenvolvidos, e uma elevação da participação dos países de regiões mais pobres, principalmente do Mercosul e do restante da América Latina (TABELA 5). O Brasil passou a exportar menos produtos elaborados para os mercados mais dinâmicos, e mais para os mercados menos dinâmicos.

**Tabela 5- Destino dos fluxos de comércio externo (%)**

	Destino das Exportações			
	1990	1994	1998	2000
Estados Unidos	24,2	20,2	19,1	23,9
EU	32,4	28,0	28,8	26,8
Ásia (Excl. Or. Médio)	16,8	16,2	11,0	11,5
Subtotal	73,4	64,4	58,9	62,2
Mercosul	4,2	13,6	17,4	14,0
ALADI (Excl. Mercosul)	6,2	8,8	8,8	9,4
OPEP	5,7	4,0	5,4	4,5
Resto do Mundo	10,5	9,2	9,5	9,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MDIC

“(...) a ausência de dinamismo das exportações brasileiras está ligada tanto à incapacidade de ampliar a diversificação da pauta quanto às mudanças nos principais mercados de destino, isto é, a venda de produtos de maior dinamismo concentrou-se em países mais pobres, enquanto, para os países mais ricos, destinou-se uma parcela crescente dos produtos menos dinâmicos.” (Carneiro, 2002)

Com relação ao destino das exportações brasileiras, é importante verificarmos a participação do Brasil nos mercados mais dinâmicos do mundo. A elaboração de um bom diagnóstico da participação brasileira nas importações destes países é importante na medida que orienta para quais mercados as políticas comerciais devem ser focalizadas. Ou seja, uma estratégia ativa de inserção comercial deve levar em conta não só a busca por uma maior intensidade tecnológica da composição da pauta exportadora, mas também as potencialidades a serem exploradas a partir da dinâmica comercial mundial.

Em um estudo produzido para o Seminário Brasil em Desenvolvimento, realizado pelo IE-UFRJ em parceria com a CEPAL, Coutinho, Hiratuka e Sabbatini, identificaram os mercados mais dinâmicos entre 1990-2000 a partir da variável contribuição ao crescimento, que capta de uma só vez, o crescimento e o tamanho do mercado importador. Os autores selecionaram os 15 mercados importadores que mais contribuíram para a variação das importações no período. Juntos, estes países representaram mais de  $\frac{3}{4}$  do incremento das importações mundiais neste período.

A tabela abaixo nos mostra os países referentes, a variação do PIB anual, as importações em 2000, o saldo comercial em 2000, além da participação no total mundial e a contribuição ao crescimento das importações entre 1990 e 2000, e a participação do Brasil nas importações através de uma média entre os anos de 1995 e 1999. Grande parte dos países são grandes importadores e grandes exportadores, caso como o do Japão, da Alemanha e da China. Uma outra grande parte dos países são deficitários, como os Estados Unidos, o Reino Unido e a Espanha.

Como podemos perceber, a participação do Brasil é muito baixa nesses mercados dinâmicos. Estes são mercados que, em geral, adquirem produtos de alta e média-alta intensidade tecnológica. Por isso, é importante que o governo federal incentive o

desenvolvimento de pesquisa em novas tecnologias através de uma política tecnológica ativa. Este é um passo fundamental para a conquista de novos mercados dinâmicos.

**Tabela 6 – 15 países que mais contribuíram para o crescimento das importações mundiais:1990-2000**

País	Δ Pib 1990-2000	Importações 2000	Saldo 2000	Part. no total mundial 2000	Contribuição ao crescimento das importações 1990-2000	Crescimento das importações 1990-2000	Part. do Brasil nas importações, média 1995-1999
	%aa*	US\$ bilhões**	US\$ milhões**	%**	%**	%aa***	%***
Alemanha	1,7	498	51.775	7,6	5,2	3,7	0,8
Bélgica <sup>†</sup>	2,2	188	8.092	2,9	2,3	4,5	0,7
Canadá	2,8	245	31.849	3,8	4,2	7,1	0,5
China	10,1	206	43.165	3,2	5,3	14,5	0,9
Coreia do Sul	6,2	160	11.787	2,5	3,1	8,7	0,9
Espanha	2,6	153	-39.545	2,3	2,2	5,7	1,0
EUA	3,3	1.259	-478.175	19,3	25,5	9,3	1,1
França	1,9	301	-2.113	4,6	2,3	2,5	0,7
Holanda	2,9	197	11.607	3,0	2,4	4,5	1,0
Hong Kong	4,4	213	-10.945	3,3	4,5	9,9	0,3
Japão	1,4	389	99.738	5,8	5,0	4,9	1,1
México	3,5	183	-16.335	2,8	4,8	15,4	0,8
Reino Unido	2,3	334	-52.832	5,1	3,8	4,1	0,5
Singapura	7,9	135	3.259	2,1	2,5	8,3	0,2
Taiwan	nd	140	7.850	2,1	2,9	9,8	0,3
Selecionados	-	4.591	-336.823	70,5	76,0	-	0,7
<b>Mundo</b>	<b>2,6</b>	<b>6.511</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>6,09</b>	<b>0,9</b>

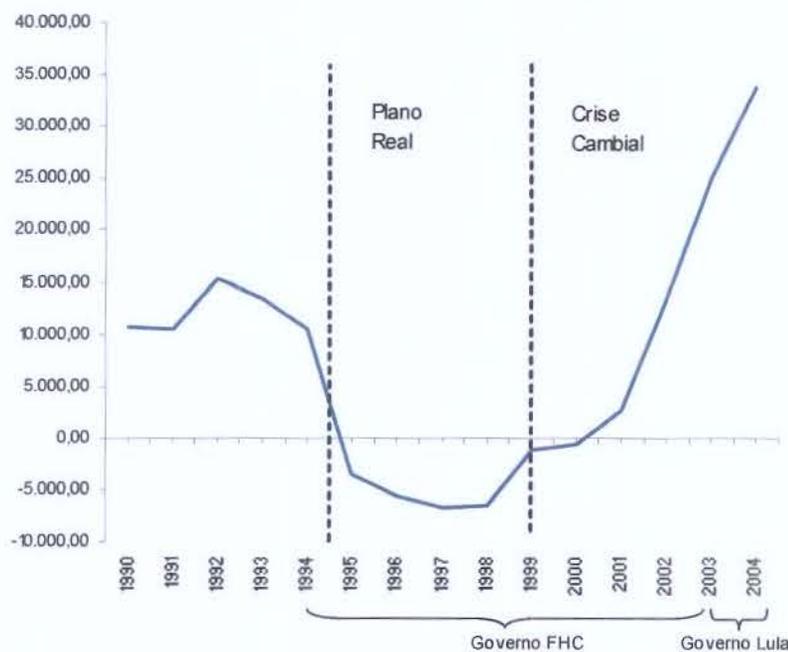
<sup>†</sup> inclui Luxemburgo

Fonte: elaborado por NEIT-IE-UNICAMP a partir de Banco Mundial(\*), Unctad Handbook of Statistics (\*\*\*) e ONU/Comtrade

### Capítulo 3 - Condicionantes internos e externos do saldo comercial (1994-2004)

Este capítulo tem como finalidade compreender os determinantes do elevado saldo comercial brasileiro nos últimos anos. A balança comercial encerrará 2005 com saldo recorde pelo terceiro ano seguido, pois os superávits de 2003 e de 2004 já haviam sido os maiores da história brasileira. Este caráter particular dos resultados do comércio exterior não resolve nem de perto o problema da vulnerabilidade externa. Para isso é preciso entender o movimento e a combinação dos principais fatores que determinaram tais resultados como: variação cambial, crescimento mundial, variação dos preços das *commodities*, novos mercados, entre outros. Em suma, é preciso estudar a sustentabilidade deste cenário favorável ao comércio exterior brasileiro, através da análise de seus determinantes.

Gráfico 5 – Balança Comercial – (FOB) – Saldo Anual – US\$(milhões), 1990 - 2004

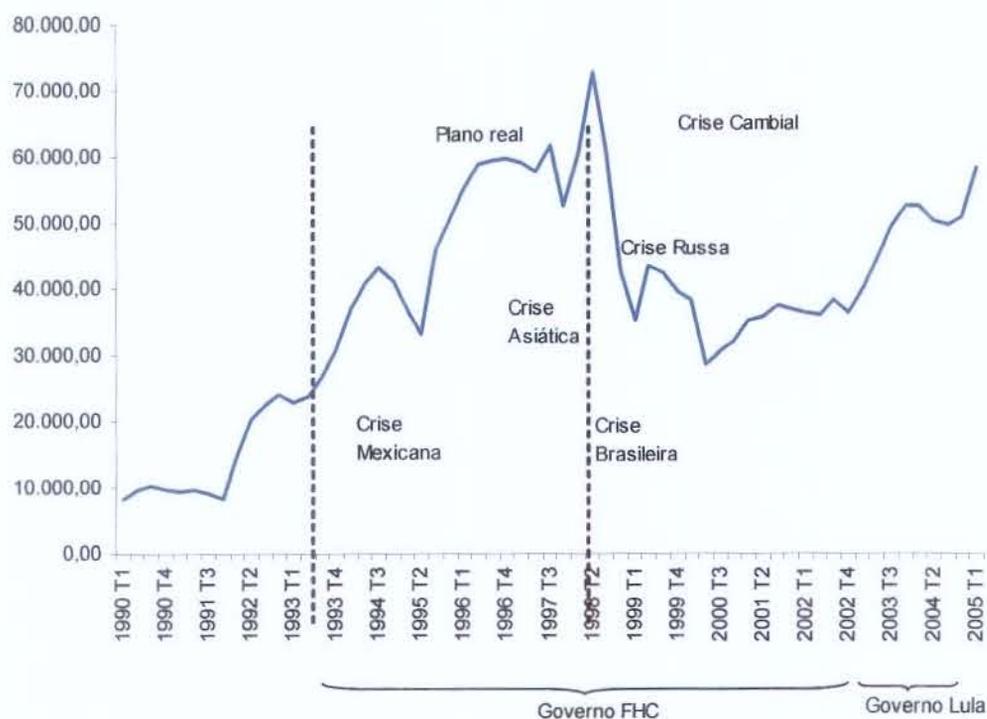


Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Balanço de Pagamentos (BCB Boletim/BP)

Como pode ser visto no gráfico a cima (Gráfico 5), a balança comercial brasileira teve o sinal do seu saldo invertido a partir de 1995, passando de um superávit de US\$

10.466,47 milhões em 1994 para um déficit de U\$\$ 3.465,62 milhões em 1995. A abertura comercial acompanhada da apreciação da moeda nacional possibilitou uma enxurrada de importações. Os produtos importados invadiram o mercado interno, pois eram favorecidos pelo câmbio extremamente valorizado e por uma elevação do poder de compra das famílias com o estancamento da sangria inflacionária. Este processo de abertura comercial com uso de uma âncora cambial fazia parte da estratégia de estabilização. Isto só foi possível devido a um novo contexto internacional que possibilitou a sustentação do déficit a partir de constantes saldos na conta de capitais. O nível das reservas internacionais foi elevado de U\$\$ 30.747,00 milhões no último trimestre de 1993 para U\$\$ 72.793,60 milhões no segundo trimestre de 1998 com o intuito de permitir uma ampliação do raio de manobra de defesa da âncora cambial.

Gráfico 6 – Reservas Internacionais (conceito de liquidez internacional) – Trimestral – U\$\$(milhões),1990-2004



Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Balanço de Pagamentos (BCB Boletim/BP)

O ambiente internacional favorável possibilitou ao país a manutenção de surpreendentes déficits comerciais e provocou uma reespecialização da economia brasileira.

Porém, o país ficou ainda mais dependente das condições externas e as reservas cambiais foram se exaurindo com as sucessivas crises internacionais (Ver gráfico acima).

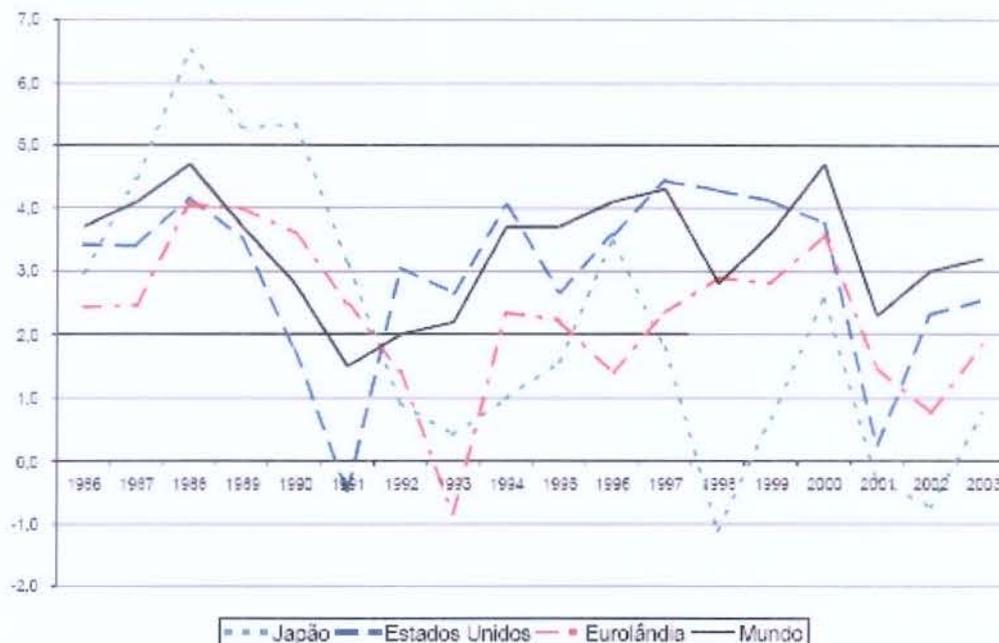
A partir da crise asiática, em 1997, e da Rússia, em 1998, o processo de crescimento mundial foi revertido e o ingresso de capitais externos no país reduziu-se drasticamente, desembocando na mudança da política cambial em janeiro de 1999. Por isso torna-se importante à obtenção de superávits na Balança Comercial, visando dessa forma reduzir a dependência do país em relação ao capital externo.

Depois da crise dos países do sudeste asiático em 1997, da Rússia em 1998, a “bola da vez” passou a ser o Brasil. Ainda, em 1998, o país sofreu um forte ataque especulativo contra o real, o que obrigou o Banco Central a queimar reservas cambiais para tentar manter a taxa de câmbio, dado que o fluxo de recursos financeiros internacionais havia minguado em função da própria crise internacional. Em dezembro de 1998, o Banco Central, já no limite de suas reservas, anunciou sua retirada do mercado cambial, ou seja, o regime de câmbio fixo foi abandonado e adotou-se um regime de câmbio flutuante.

A saída do Banco Central do mercado de câmbio conduziu a uma abrupta desvalorização do real frente ao dólar o que fez mais com que reduzisse as importações do que efetivamente ampliasse as exportações. A questão é que o comportamento das exportações não está relacionado somente com fatores domésticos, como a política cambial, pois fatores exógenos (ou externos) também desempenham importante papel na evolução das exportações de um país. Mais precisamente, as condições da conjuntura internacional, ou seja, quando a economia mundial está num ciclo de crescimento, aumenta a demanda internacional por *commodities* e, como resultado, os preços desses produtos tendem a se elevar. Em contrapartida, quando a economia mundial está num ciclo recessivo, há tendência de queda da demanda por *commodities*, resultando na sua queda de preços no mercado internacional. Logo, o efeito da renda internacional tende a ser mais importante para explicar o comportamento das exportações do que o efeito câmbio.

A partir de 2001 as exportações ultrapassaram em valor as importações, pois agora o efeito do câmbio desvalorizado somou-se com a melhoria da demanda internacional que ocorrera no ano anterior - 2000. (Ver Gráfico 7)

Gráfico 7 - EUA, Japão e Eurolândia – Taxa anual de variação do PIB real



Fonte: FMI para a variação global e OCDE para os demais dados.

A queda das importações teve importância decisiva para a virada da balança, que havia apresentado um déficit de US\$ 697 milhões em 2000. As exportações cresceram 5,7%, atingindo a marca de US\$ 58,223 bilhões. O crescimento nas exportações foi puxado pelos produtos básicos, os quais apresentaram um excepcional aumento de US\$ 2,8 bilhões (22,1%). As vendas de manufaturados, no entanto, não repetiram o bom desempenho observado em 2000, quando cresceram 19,0%: terminaram o ano aumentando apenas 1,2% (US\$ 375 milhões).

Ao contrário do último ano do governo FHC, o governo Lula obteve saldos na balança comercial de melhor qualidade, enquanto em 2002 eles foram muito mais reflexo da contenção das importações, devido ao baixo crescimento interno, em 2003 foram resultados de um câmbio favorável e uma elevação dos preços das principais commodities.

Agora não só a queda das importações contribuiu, mas também uma elevação sem precedentes das exportações brasileiras. Em 2002 (último ano do governo FHC), as exportações alcançaram US\$ 60.362 milhões, o que significa um crescimento de apenas 3,6% em relação a 2001. Já em 2003, atingiram o valor de US\$ 73.084 milhões, que representou um crescimento de 21,1% em relação a 2002. Entre os setores que mais

contribuíram destaca-se em primeiro lugar o complexo da soja, em seguida vem ferro e aço, veículos, petróleo e derivados, minério de ferro, alumínio, produtos florestais (madeira, papel e celulose), agricultura tropical e produtos animais. Cabe ressaltar que quase todos estes setores são produtores de commodities. Quanto a mercados de destino, observou-se a manutenção dos Estados Unidos como nosso principal comprador, aumentos expressivos nas vendas para a Argentina, e para a China, que vem se firmando como importante parceiro comercial do Brasil, comprando principalmente soja.

Em 2004 o resultado das exportações chegou a US\$ 96.475 milhões, crescimento de 32,0% em relação ao ano anterior. Diferentemente de 2003 onde as importações se apresentaram relativamente estagnadas, com crescimentos apenas de 2,2%, em relação a 2002, este superávit vem acompanhado de um considerável incremento das importações de 31,0%, associado, em grande medida, à recuperação do nível interno de atividade.

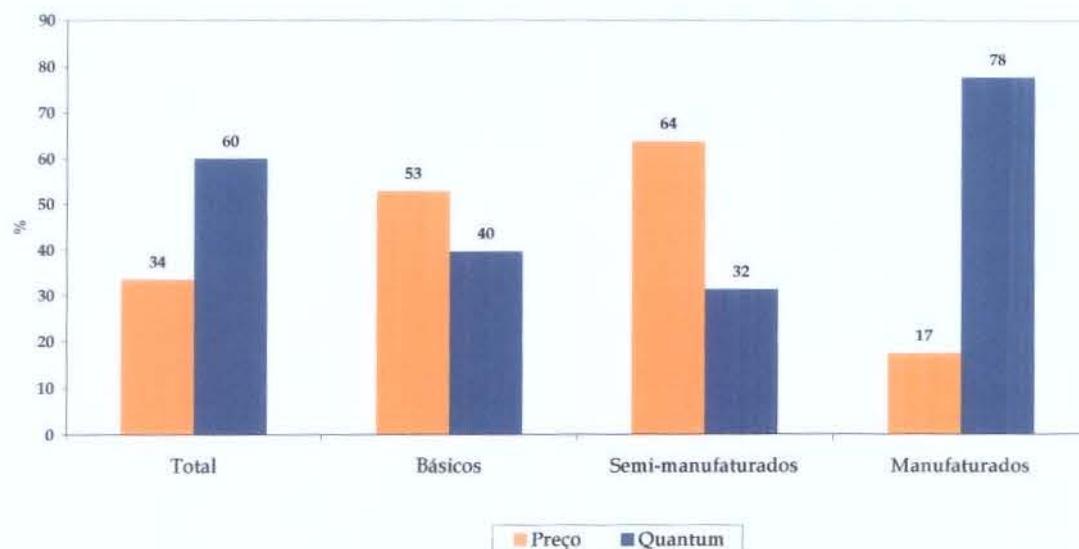
O valor excepcional das exportações em 2004 é explicado pela persistência de alguns determinantes do dinamismo das vendas externas em 2003, preços internacionais das *commodities* em patamar elevado - em termos médios anuais, o CRB Futures Index, registrou taxas de crescimento dos preços das commodities em torno de 14% em 2003 e 2004 - e crescimento econômico mundial - em 2004, segundo o FMI, o PIB real das economias avançadas cresceu 3,1% com relação ao ano anterior. É importante destacar o crescimento da economia argentina e da economia chinesa, que são grandes responsáveis por um grande volume do incremento da exportação neste ano.

É importante analisarmos as exportações em termos de preço e *quantum* com o intuito de identificarmos a contribuição do “choque benigno” e dos seus componentes – alta dos preços das *commodities* e o crescimento da economia mundial – para elucidar os condicionantes dos inusitados saldos comerciais. (Ver Gráfico 8)

Considerando o total das exportações de 2004, em comparação com o total de 2003, verifica-se que a elevação do valor das exportações se deu muito mais pela elevação da quantidade exportada do que pelo fator preço. Decompondo a análise em classes de produtos percebemos as distintas influências dos dois fatores. Entre os produtos básicos, as variações de preços foram mais relevantes, assim como para os semimanufaturados. No caso dos produtos manufaturados a contribuição da variação da quantidade exportada foi bem superior a contribuição da variação dos preços. O aumento do quantum explicou 78%

do crescimento das exportações entre estes dois anos.

**Gráfico 8 -Desempenho das exportações: contribuição das variações de preços e quantum (2004/2005)**



**Fonte: Secex**

O principal fator que explica o crescimento da quantidade exportada no período é o elevado crescimento da economia mundial, principalmente, como já mencionado anteriormente, dos três principais países de destino das exportações brasileiras – Estados Unidos, Argentina e China.

### 3.1- O fator: preço das commodities

Um importante fator para a obtenção do saldo comercial excepcional destes três últimos anos (2003, 2004 e 2005) é, sem dúvida nenhuma, a contribuição do recente ciclo positivo dos preços das *commodities* no mercado internacional. Do ponto de vista, dos países relativamente especializados na produção de *commodities* e que dependem dela para se inserirem no comércio mundial, o recente ciclo é compreendido como contribuição direta e essencial para explicar tal fenômeno.

Porém, um país cuja inserção externa se dá, principalmente, através da produção para exportação de *commodities* primárias, possui um comércio internacional pouco

dinâmico. A deterioração dos termos de troca das *commodities* primárias vis-a-vis dos bens manufaturados foi bem colocada por Prebisch. Sua análise baseou-se em dados do período 1987-1947, porém trabalhos mais recentes vêm confirmando tal tendência agora, acompanhada por uma elevada volatilidade dos preços. Para Prebisch, a menor elasticidade-renda da demanda pelos bens primários em relação aos bens industrializados é determinada pela mudança do padrão de consumo que acompanham o crescimento da renda. Se verifica uma participação decrescente dos produtos alimentícios no consumo final, ou em menor utilização de insumos por unidade de produto a partir do progresso tecnológico. Segundo Daniela Prates, “...os avanços tecnológicos também resultaram na difusão do uso de materiais sintéticos, que deprimiram a demanda da indústria por *commodities* agrícolas (especialmente algodão, lã e borracha) e metálicas – também afetadas pelos aperfeiçoamentos nas técnicas de reciclagem – com efeitos depressivos sobre os preços.”

É possível perceber o menor crescimento da demanda por *commodities* proporcionalmente à renda em âmbito mundial a partir da tabela abaixo.

**Tabela 7 – Estrutura das exportações mundiais por grau de intensidade dos fatores**

Categorias	Porcentagem nas exportações mundiais	
	1980	1998
Commodities primárias	25,7	14,8
Manufaturas intensivas em trabalho e recursos naturais	14,7	15
Manufaturas com baixa intensidade de trabalho qualificado e tecnologia	10,1	7,6
Manufaturas com média intensidade de trabalho qualificado e tecnologia	26,4	29,6
Manufaturas com alta intensidade de trabalho qualificado e tecnologia	20,2	30,2

FONTE: UNCTAD. Trade & Development Report (2002)

Nela, se pode observar a participação decrescente das *commodities* nas exportações globais nas décadas de 1980 e 90. Enquanto a taxa média de crescimento do comércio mundial no período considerado foi de 8% a.a., uma grande parte das *commodities* primárias teve taxas de crescimento negativas. Estes dados ilustram claramente o baixo dinamismo de um país cuja pauta de exportação tem a predominância das *commodities* primárias, como é o caso do Brasil.

O ciclo recente de preços das *commodities* tem como característica a sua elevada volatilidade. A queda dos preços que se deu a partir do início dos anos 1980, se intensificou na segunda metade dos anos 90, se recuperando somente no ano de 2002. Desde a metade

dos anos 70 os preços das *commodities* não atingiam patamares tão elevados como os observados agora. Em 2002 houve elevação dos preços de diversas *commodities* agrícolas que enfrentaram choques de oferta causados pelas variações climáticas, como exemplo – o efeito El Niño. Esta elevação dos preços em 2002, aliada ao fator câmbio desvalorizado propiciou um saldo comercial recorde, que como já foi mencionado, foi batido por mais duas vezes nos anos seguintes.

Uma característica importante da alta recente dos preços das *commodities* é a forma abrangente que ela se deu, verificando crescimento dos preços nas mais diversas modalidades de *commodities*: metais não preciosos, metais preciosos, matérias primas industriais e agrícolas, e alimentos. Os determinantes para este crescimento conjunto dos preços das diversas *commodities* não são necessariamente os mesmos, contudo é importante analisarmos dois determinantes gerais deste recente ciclo – as condições macroeconômicas globais e o chamado “efeito-China”.

### 3.1.1- Condições macroeconômicas globais

Os preços das *commodities* são diretamente influenciados pelas condições macroeconômicas globais, pois as matérias-primas agrícolas e os metais são insumos da produção industrial e possuem como característica uma oferta relativamente rígida no curto-prazo. Em períodos de crescimento mundial, os preços das *commodities* tendem a se elevarem, ao contrário, em períodos de retração da economia mundial, se verifica uma tendência de queda destes preços.

As *commodities* metálicas são as que sofrem mais os efeitos das variações da atividade industrial global, isto pôde ser verificado para o ano de 2002, quando já pode ser observado um aumento da demanda por essas *commodities*. Outro fator que contribuiu para a elevação dos preços das *commodities* foi a desvalorização do dólar em relação ao euro e ao iene, o que resultou em preços mais baixos das *commodities* cotados em dólares para os países europeus e o Japão e fomentou a demanda por esses bens no contexto de recuperação do crescimento industrial.

### 3.2 – O “efeito-china”

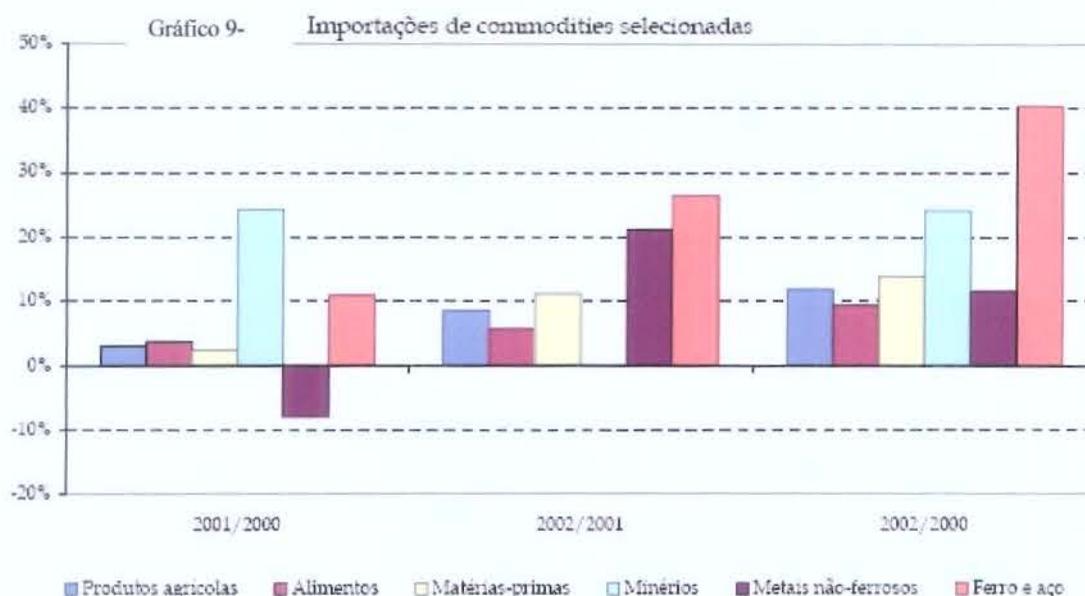
O fenomenal crescimento chinês verificado, sobretudo a partir de 2002 é um dos principais fatores responsáveis pela elevação recente dos preços das commodities. Os fatores determinantes do rápido crescimento não estão mais tanto centrados no baixo custo da mão-de-obra e no elevado fluxo de investimentos estrangeiros direto (IED) que ingressa no país, responsáveis por uma variação positiva de 10,1% do PIB entre 1990 e 2000, segundo o Banco Mundial. O alto nível de formação de capital fixo nacional aliado à enorme taxa de investimento em relação ao PIB (44% em 2004) se tornaram os propulsores do crescimento chinês.

Tabela 8 - Taxas médias de crescimento do PIB: 1980-2004, anos selecionados (em %)

Pais / Agregado	1980	1985	1990	1995	2000	2003	2004
China	7,9	13,5	3,8	10,5	8	9,1	9
Econ. Desenvolvidas	1,2	3,7	3,1	2,7	3,8	2	3,4
NIEs asiáticos	3,1	4,9	7,3	7,6	7,9	3,1	5,5
Mundo	2,3	3,8	2,9	3,6	4,6	4	5,1

Fonte: FMI

Esse impressionante crescimento foi liderado por setores intensivos em commodities metálicas e industriais, elevando a demanda por estes bens, ao mesmo tempo que, a abertura econômica controlada proporcionou o acesso a um enorme mercado reprimido e pressionou uma elevação da compra externa de alimentos e demais commodities agrícolas. O gráfico abaixo ilustra claramente a evolução das importações chinesas das principais commodities após 2000. Destaca-se o crescimento de 40% das compras externas de ferro e aço seguido pelo aumento também expressivo das importações de níquel (20%)



Fonte: WTO. *World Trade Statistics* (2003b).

Em 1978 iniciou-se o processo gradual de reformas na China que atingiu o conjunto da economia chinesa e suas instituições. Uma característica deste processo é que ele estimulou a concorrência. A partir de 1984, as reformas no setor industrial começaram de forma mais efetiva. Essas reformas aumentaram a eficiência do sistema de empresas estatais baseando-se em um número expressivo de mudanças nas esferas gerencial, mercadológica e organizacional. O governo chinês estimulou também a criação de grandes conglomerados estatais, formados com a absorção de empresas menos eficientes pelas empresas mais eficientes

O Brasil não aproveitou, rapidamente, o potencial avanço sobre o mercado chinês. Apesar do fato das importações chinesas se concentrarem em produtos de média e alta intensidade tecnológica (57,8% em 2000),  $\frac{3}{4}$  das exportações brasileiras para este país são de commodities primárias. Porém, a partir do início deste novo século verificamos uma melhora qualitativa no que se refere ao avanço sobre o mercado chinês, como bem exposto por Coutinho, Hiratuka e Sabbatini\*:

“(…) o saldo da balança comercial evoluiu de –US\$ 137 milhões em 2000 para +US\$ 574 milhões em 2001, saltando em seguida para US\$ 966 milhões em 2002, se colocando em 2003 como o terceiro maior saldo do país (atrás dos EUA e EU). Esse

excelentes resultados refletem em uma recuperação em curto prazo de espaços não aproveitados pelos setores brasileiros reconhecidamente competitivos. Uma vez saturados, em mais um ou dois anos, porém, a continuidade da expansão das nossas exportações para a China dependerá da capacidade brasileira de oferecer produtos diferenciados de média e alta intensidade tecnológica cujas taxas de crescimento são muito mais altas.”

O Brasil precisa persistir ainda mais na busca por uma maior participação no mercado chinês. A economia chinesa é a economia de maior eficiência econômica do mundo, pois é capaz de sustentar elevadas taxas de crescimento no longo prazo, como já observado. O governo central chinês e os governos provinciais têm sido particularmente ativos no sentido de promover a concorrência e, simultaneamente, regular o funcionamento do mecanismo de mercado.

Outros aspectos que são levados em conta ao se considerar o sucesso chinês são as dimensões e o perfil da inserção externa do país nos últimos anos. Há um nítido aumento dos fluxos comerciais, com uma elevação do saldo comercial especialmente nos anos 90, e uma expansão no recebimento de investimento direto estrangeiro (IDE). Essa inserção permitiu ao país acumular um montante considerável de reservas internacionais, o que teve efeitos sobre sua postura no cenário internacional.

## Conclusão

Este trabalho procurou analisar a questão da inserção externa da economia brasileira no período pós-implementação do Plano Real. O objetivo foi o de avaliar a questão da vulnerabilidade externa da economia brasileira sobre o ponto de vista tecnológico, produtivo e comercial. A utilização da âncora cambial como forma de conter o nível de preços internos, reforçou a condição primário-exportadora brasileira, e provocou mudanças profundas na estrutura produtiva nacional. O que ocorreu de fato, durante os anos 1990, foi um aumento da vulnerabilidade externa brasileira sobre os diversos ângulos: produtivo, tecnológico e comercial.

A preocupação de focar o tema da vulnerabilidade externa sobre o ponto de vista tecnológico, produtivo e comercial se deu pelo fato da economia brasileira apresentar um parque industrial relativamente atrasado se comparado com países de PIB elevado.

“O afastamento do Brasil do processo de internacionalização do capital nos anos 1980 fez com que o país não participasse da chamada revolução teletromática – telecomunicações, eletrônica e informática –, ocasionando sua defasagem tecnológica perante o setor produtivo mundial e, por consequência, perda de participação no comércio mundial...” (Araújo, 2004).

Ou seja, o país adentrou nos anos 1990 com uma base tecnológica atrasada e se abriu comercialmente, fazendo com que grande parte do parque produtivo sentisse o efeito da competição internacional, levando muitas empresas à falência e destruindo elos da cadeia produtiva nacional.

A década de 1990 ficou caracterizada pela estabilidade inflacionária e pelo baixo dinamismo da economia. Isto só foi possível, a partir da implantação de políticas de liberalização que visaram ao estabelecimento de um padrão de crescimento centrado numa nova inserção internacional. O que ocorrera, de fato, durante a década de 1990 foi uma acentuação da relação de intercâmbio do tipo centro-periferia, com os países ricos e uma melhora significativa do intercâmbio comercial com os países pobres, principalmente os da América Latina.

O plano de estabilização – Plano Real, obteve sucesso no que se refere ao estancamento da sangria inflacionária, porém o aprofundamento da abertura comercial e financeira conjuntamente com a valorização cambial, levou a economia brasileira a uma exposição perigosa frente às oscilações da economia mundial.

Foi demonstrado no capítulo 1, através da análise de gráficos e tabelas, que as transformações na estrutura produtiva interna não propiciaram uma melhora qualitativa da nossa inserção nas correntes de comércio internacional. Além disso, perdemos uma relativa autonomia em relação à oferta interna, e conseqüentemente em relação à eficácia das políticas comerciais e industriais.

O Brasil é um país com um elevado potencial exportador. Porém, os principais itens contidos da pauta exportadora brasileira são aqueles intensivos em mão-de-obra e recursos naturais. Como foi exposto neste trabalho, o baixo conteúdo tecnológico da pauta de exportação brasileira é a principal causa do seu baixo dinamismo. Alguns estudos apresentados neste trabalho confirmam que os principais itens exportados pelo Brasil se caracterizam por uma trajetória regressiva, ou seja, são produtos em decadência nas correntes de comércio internacional.

É necessário, portanto, que o país reverta a forma de inserção externa estabelecida nos anos 1990, quando houve uma acentuação da fragilidade produtiva, tecnológica e comercial. O governo brasileiro deve juntar forças no sentido de explorar mais as oportunidades comerciais. Uma boa política de comércio exterior deve levar em conta o fomento à produção para a exportação de produtos mais dinâmicos (com maior conteúdo tecnológico), além de partir de um bom diagnóstico dos mercados mais dinâmicos, com o intuito de melhor explorá-los. As duas estratégias devem ser formuladas conjuntamente, pois a diversificação da pauta de exportação em direção a segmentos mais sofisticados tecnologicamente é condição fundamental para a ocupação desses mercados mais dinâmicos.

O debate em torno do tema da vulnerabilidade tem reaparecido como conseqüência dos elevados saldos comerciais brasileiros. No capítulo 2, procuro-se analisar os determinantes destes elevados saldos. Alguns economistas chegam a acreditar que eles são sustentáveis no longo-prazo e que a partir de 2002 a vulnerabilidade externa apresentou uma redução estrutural significativa. Porém, isto não foi verificado ao estudarmos o

conteúdo e a dinâmica da pauta de exportação brasileira, cuja característica regressiva se manteve durante os anos da presente década. A obtenção recente dos excepcionais superávits comerciais não se deu em consequência de uma melhora qualitativa na inserção externa brasileira, ou seja, eles não são resultados de uma melhora estrutural na balança comercial, mas são sim, resultados da combinação de diversos fatores como: câmbio, crescimento mundial, preços das commodities e novos mercados..

Concluimos, portanto, que a questão da vulnerabilidade externa não está resolvida, apesar dos sucessivos superávits em transações correntes. O Brasil apresenta hoje a maior taxa de juros reais do mundo, e com isso os já elevados encargos com a dívida externa se ampliam ainda mais. Os superávits em transações correntes não são suficientes nem para o pagamento das amortizações da dívida externa, quanto mais para resolver o problema estrutural que é a vulnerabilidade externa brasileira. A (re)especialização produtiva que ocorrera na economia brasileira na década de 1990 é consequência da forma que o Brasil se inseriu no comércio mundial em tempos de liberalização. Além disto, os saldos comerciais gerados atualmente não são consequências de mudanças estruturais da pauta comercial, e sim derivados de fatores exógenos que não justificam uma defesa em favor da queda da vulnerabilidade, por este ângulo.

## **Referências Bibliográficas:**

**ARAÚJO, F.T. e DA SILVA, C.L.** “A vulnerabilidade externa da economia brasileira: um estudo sob o enfoque das questões tecnológicas, produtivas e comerciais”, Re. FAE, v.7, p.35-50, jan./jun. 2004.

**BELLUZZO, L.G. e CARNEIRO, R.** “O paradoxo da credibilidade”, Política Econômica em Foco, n.2 – set./dez. 2003.

**CARNEIRO, R.** “Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quartel do século XX.” Editora Unesp, IE - Unicamp, 2002.

**COUTINHO, L. ET ALLI** “O desafio da construção de uma inserção externa dinamizadora”, seminário Brasil em desenvolvimento, IE-UFRJ, Rio de Janeiro, setembro de 2003.

**COUTINHO, L.** “A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização” in **VELLOSO, J.P.R.** (org) Brasil: desafios de um país em transformação. IX Fórum Nacional. RJ: José Olympio, 1997.

**FERRAZ, G. e RIBEIRO, F.** “Desempenho exportador global e competição nos mercados da União Européia e do Estados Unidos. Revista Brasileira de Comércio Exterior, nº80, ano XVIII, jul/set, 2004.

**IEDI**, O comércio exterior brasileiro em 2004. São Paulo: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, fev. 2005.

**LAPLANE, M. ET ALLI** “Internacionalização e vulnerabilidade externa” in **LACERDA, A.C.** (org) Desnacionalização: mitos, riscos e desafios. São Paulo: Contexto, 2000.

**MENDONÇA DE BARROS, JR e GOLDESTEIN, L.** “Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro”, R.E.P., vol.17, n.2, 1997.

**PRATES, D.M.** “A assimetria das contas externas”, Política Econômica em Foco, n.4 – maio./out. 2004.

**PRATES, D.M.** “A sustentabilidade da melhoria das contas externas”, Política Econômica em Foco, n.5 – nov.2004/abr. 2005

**GONÇALVES, R. (2002).** “Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global. Record: Rio de Janeiro.”

**UNCTAD (2002a).** *Trade and Development Report, 2002 – Export dynamism and industrialization in developing countries.* United Nations: Nova York e Geneva. Internet: [www.unctad.org/en/docs/tdr2002\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/tdr2002_en.pdf).

**FMI (Fundo Monetário Internacional) – World Economic Outlook Database:** [www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2005/01/data/index.htm](http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2005/01/data/index.htm).

SECEX